



ЕВРОПЕЙСКИ ПАРЛАМЕНТ    PARLAMENTO EUROPEO    EVROPSKÝ PARLAMENT    EUROPA-PARLAMENTET  
EUROPÄISCHES PARLAMENT    EUROOPA PARLAMENT    ΕΥΡΩΠΑΪΚΟ ΚΟΙΝΟΒΟΥΛΙΟ    EUROPEAN PARLIAMENT  
PARLEMENT EUROPÉEN    PARLAIMINT NA HEORPA    PARLAMENTO EUROPEO    EIROPAS PARLaments  
EUROPOS PARLAMENTAS    EUROPAI PARLAMENT    IL-PARLAMENT EWROPEW    EUROPEES PARLEMENT  
PARLAMENT EUROPEJSKI    PARLAMENTO EUROPEU    PARLAMENTUL EUROPEAN  
EVROPSKY PARLAMENT    EVROPSKI PARLAMENT    EUROOPAN PARLAMENTTI    EUROPAPARLAMENTET



## FOCUS

# Igualdade de oportunidades entre mulheres e homens

**Nem sempre as mulheres e os homens beneficiam de oportunidades iguais em campos tão diversos quanto o trabalho, o salário, o acesso à vida política e o equilíbrio entre a vida familiar e profissional. As mulheres representam mais de metade da população da UE e, nesse sentido, constituem mais de metade dos potenciais eleitores. No entanto, recebem menos do que os homens, não ocupam um lugar tão visível na vida política e têm mais dificuldades na conciliação entre a vida familiar e profissional.**

Apesar de, ao longo dos últimos 30 anos, a vida das mulheres ter melhorado substancialmente, nomeadamente no que se refere à igualdade no trabalho, à luta contra a violência, às campanhas contra a prostituição forçada, a verdade é que continuam a existir muitas áreas onde ainda é necessário intervir: as mulheres recebem, em média, menos do que os homens, não ocupam um lugar tão visível na vida política e têm mais dificuldades em conseguir encontrar o equilíbrio entre a vida familiar e profissional.

Ao longo dos últimos meses, todos estes temas foram debatidos, não só pelos deputados ao Parlamento Europeu – que há muito vêm defendendo a adopção de legislação que promova a igualdade de oportunidades entre os géneros – como também pelos nossos leitores. Este dossier apresenta algumas das soluções propostas.

## O Parlamento Europeu e a igualdade dos géneros

A igualdade dos géneros tem merecido especial atenção por parte do Parlamento Europeu ao longo dos últimos 30 anos, designadamente no que se refere a condições de trabalho, discriminação e violência. Para concretizar este objectivo, o Parlamento Europeu tem recorrido a diversos instrumentos. Legislação, apoio a projectos de organizações não governamentais e campanhas de sensibilização são alguns exemplos do trabalho desenvolvido nesta matéria.

Apesar de o Tratado de Roma prever o princípio do trabalho igual, salário igual, as primeiras directivas sobre igualdade de tratamento no trabalho apenas foram aprovadas em meados da década de 1970.

### Um longo caminho a percorrer

O trabalho desenvolvido pelo Parlamento Europeu ao longo dos últimos 30 anos tem permitido colmatar algumas das muitas discrepâncias que ainda subsistem em matéria de igualdade de géneros. Entre esses "sucessos" incluem-se o aumento do número de mulheres em cargos de chefia e na vida política (o número de deputadas ao Parlamento Europeu aumentou de 16,3% em 1979 para 31% em 2009), mais e melhor segurança e protecção na saúde para mulheres grávidas e mães, a definição da discriminação baseada no género e do assédio, sexual ou de outra natureza. Em 2006, a percentagem de mulheres em cargos de chefia na União Europeia correspondia a 32,6%.

### Desigualdades no pagamento: uma realidade presente

Na União Europeia as mulheres recebem, em média, menos 17% do que os homens e essa diferença não se está a desvanecer.

### Violência contra as mulheres

De acordo com as estimativas, entre 20% e 25% das mulheres europeias já sofreram actos de violência física pelo menos uma vez durante a sua vida adulta, e mais de 10% das mulheres foram vítimas de abuso sexual, perpetrado através do recurso à força.

### Programa Daphne: prevenir a violência

Criado em 1997, o Programa Daphne encontra-se actualmente na sua terceira fase de implementação e tem por objectivo contribuir para a protecção das crianças, dos jovens e das mulheres contra todas as formas de violência e obter um nível elevado de protecção da saúde, do bem-estar e da coesão social.

O objectivo específico do Daphne III consiste em contribuir para a prevenção e combate de todas as formas de violência pública ou privada contra as crianças, os jovens e as mulheres, incluindo a exploração sexual e o tráfico de seres humanos, através da adopção de medidas de prevenção, assim como de ajuda e protecção às vítimas e aos grupos de risco.

### Campanha do Parlamento Europeu: "Cartão vermelho à prostituição forçada"

Verifica-se, por ocasião de grandes eventos internacionais, como eventos desportivos e feiras, um aumento da procura de serviços sexuais, incluindo o aumento da prostituição forçada.

Antes do Campeonato Mundial de Futebol de 2006 e do EURO 2008, o Parlamento Europeu lançou uma campanha de sensibilização à escala europeia com o objectivo de informar e educar o público sobre a problemática da prostituição forçada durante eventos desportivos mundiais.

De acordo com a eurodeputada eslovaca Anna Záborská (Grupo do Partido Popular Europeu e dos Democratas Europeus), "a campanha 'Cartão vermelho à prostituição forçada' foi um grande sucesso, porque contribuiu positivamente para a redução do tráfico e da prostituição forçada durante os dois campeonatos".

### Instituto Europeu para a Igualdade dos Géneros

Em 2006, o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu decidiram estabelecer o Instituto Europeu para a Igualdade dos Géneros, em Vilnius, capital lituana. O instituto tem como principais objectivos promover a igualdade dos géneros, acabar com a discriminação baseada no género, recolher, analisar e divulgar informações e instrumentos metodológicos sobre a igualdade dos géneros na União Europeia.

### **Relatórios de iniciativa e seminários**

Entre os instrumentos utilizados pelo Parlamento Europeu, os relatórios de iniciativa assumem particular relevo, na medida em que apontam problemas específicos e propõem medidas concretas de acção.

Entre os temas tratados nos relatórios parlamentares incluem-se a mutilação genital, as mulheres e a pobreza, as mulheres nas zonas rurais, as mulheres detidas, as mulheres e a política, os estereótipos sexistas na publicidade e as mulheres romanis.

## Como aumentar o número de mulheres na vida política?

O número de mulheres na vida política deve aumentar, mas não devem ser impostas quotas. Estas são algumas das principais conclusões do inquérito Eurobarómetro sobre as mulheres e as eleições europeias, apresentado no dia 4 de Março, durante um seminário com jornalistas, no Parlamento Europeu.

"Estes resultados dão-nos elementos importantes sobre as eleitoras europeias, nomeadamente no que se refere às suas expectativas, à ideia que têm da União Europeia, às políticas que consideram prioritárias e à sua participação na vida política europeia", afirmou a eurodeputada grega Rodi Kratsa-Tsagaropoulou (Grupo do Partido Popular Europeu e dos Democratas Europeus), vice-presidente do Parlamento Europeu.

O inquérito revelou que a maioria dos homens e das mulheres considera que os homens dominam a cena política e que a participação de mais mulheres na vida política iria permitir um novo estilo de fazer política.

Para Margot Wallström, comissária europeia para as Relações Institucionais e Estratégia de Comunicação, "uma democracia que não é suficientemente representada por 52% da população em matéria de decisões políticas não é uma democracia real".

### **Expectativas quanto ao trabalho do Parlamento Europeu**

De acordo com os resultados do inquérito Eurobarómetro, para melhorar a igualdade dos géneros na vida familiar, o Parlamento Europeu deve permitir que o tempo passado com os filhos seja contabilizado para efeitos de reforma e deve disponibilizar estabelecimentos escolares para as crianças.

Por outro lado, refere o estudo, o desenvolvimento da igualdade de géneros na vida social deve passar pelo pagamento igual para trabalho igual, assim como pela redução da violência e do tráfico de mulheres.

Como aumentar o número de mulheres na vida política: através da imposição de quotas ou de uma participação mais activa? O que gostaria que o Parlamento Europeu fizesse em termos de igualdade dos géneros? Leia os comentários enviados pelos leitores, através da ligação abaixo indicada.

## **Entrevista com a eurodeputada Anna Záborská sobre igualdade dos géneros**

Ao longo dos últimos cinco anos, a Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros do Parlamento Europeu aprovou mais de 40 relatórios. Que impacto tiveram esses relatórios na vida dos cidadãos e quais serão os principais temas da próxima legislatura do Parlamento Europeu, que tem início após as eleições europeias de Junho de 2009? Anna Záborská, eurodeputada eslovaca e Presidente da comissão FEM, falou-nos dos grandes desafios que se colocam nesta matéria.

### **Quais foram as decisões mais importantes tomadas pela comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros (FEM) ao longo dos últimos cinco anos?**

"Na minha opinião foram todas importantes, aprovámos mais de 40 relatórios. No entanto, gostaria de realçar os relatórios sobre a Estratégia de Lisboa, a situação demográfica na Europa, o equilíbrio entre a vida familiar e profissional, as mulheres e a pobreza, as mulheres migrantes, as mulheres detidas e os efeitos desta situação na vida familiar, as mulheres nos conflitos de guerra e, claro, as mulheres em postos de chefia, na ciência e no mercado interno".

### **Muitos dos relatórios sobre igualdade dos géneros não têm carácter legislativo. Qual o seu impacto efectivo na vida das pessoas?**

"Os relatórios da comissão FEM são muito importantes na medida em que fornecem informação de base para a investigação na União Europeia. Apresentam soluções e podem ser utilizados nos trabalhos de outras comissões. Nesse sentido, apesar de não serem directamente incluídos na legislação europeia, funcionam como fontes de informação".

### **Dos 40 membros da comissão FEM, apenas 3 são homens. A que se deve esta situação e em que medida deve ser alterada?**

"O motivo pelo qual as mulheres ainda não atingiram a igualdade, apesar de o tentarem há décadas, é a ideia de que conseguem fazer tudo sozinhas, que não precisam dos homens. Desde o início desta legislatura que insistimos na necessidade de incluir os homens nesta questão. A igualdade das mulheres também é do interesse dos homens. Dou o exemplo do equilíbrio entre a vida profissional e familiar: se não incluirmos os homens, as mulheres nunca conseguirão atingir este objectivo. Quando os homens compreenderem que as mulheres estão interessadas na sua participação, passarão a estar mais interessados em fazer parte da comissão FEM".

### **Quais são os temas prioritários para o futuro?**

"Os temas que referi anteriormente são questões de longo prazo, mas quando penso na actual crise económica e financeira, que muito provavelmente irá terminar numa crise social, os temas que antecipo para o futuro são as mulheres e a pobreza, o equilíbrio entre a vida profissional e familiar e a solidariedade intergeracional. Também não podemos esquecer que, face à actual situação demográfica europeia, uma das soluções possíveis passa pela imigração, pelo que um dos temas a tratar durante a próxima legislatura será a situação das mulheres migrantes e a reunificação familiar".

## Como ajudar a conciliar família e profissão?

A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a igualdade de salários e a não discriminação constituem direitos europeus fundamentais. Mas quão longe teremos de ir para conseguir que estes direitos sejam alcançados na sua plenitude? São necessárias opções práticas, leis e medidas de acção. Em Junho de 2009, os cidadãos europeus terão, uma vez mais, a possibilidade de ajudar a definir o rumo da política europeia em matéria de igualdade de oportunidades e não discriminação.

Muitos são os que ainda se recordam dos tempos em que as mulheres tinham como tarefas principais servir o marido e educar os filhos. Em pleno século XXI, terão os tempos mudado assim tanto como pensamos?

Hoje em dia, cada vez mais mulheres ocupam cargos de chefia e participam na vida política. Em 2006, o número de mulheres em cargos de chefia era de 32,6% e o número de deputadas ao Parlamento Europeu aumentou de 16,3%, em 1979, para 31%, em 2009.

Mas serão estes factos animadores, sabendo que ainda assim as mulheres europeias ganham em média menos 17% do que os homens na mesma posição profissional e que uma em cada 10 pessoas já foi vítima, em algum momento da sua vida, de assédio sexual ou violência física e psicológica no trabalho?

Têm sido adoptadas diversas medidas destinadas a garantir a igualdade dos géneros e a não discriminação. Estas medidas incluem programas comunitários como o Programa Daphne, destinados a acabar com a violência contra as mulheres, a criação do Instituto Europeu para a Igualdade de Géneros, em Vilnius (Lituânia) e as campanhas de sensibilização como a do "Cartão Vermelho à prostituição forçada" lançada pelos eurodeputados em 2006.

Serão os programas e acções já implementados suficientes? O que falta fazer? O seu voto nas eleições europeias de Junho de 2009 será uma resposta a estas questões.

De acordo com a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, uma mulher empregada a tempo inteiro trabalha em média 40 horas semanais, enquanto que um homem trabalha 43. Mas será que isto significa que os homens trabalham mais? E as horas extraordinárias não remuneradas que uma mulher dispensa para cuidar dos filhos, tratar das lides domésticas ou tomar conta de familiares mais velhos?

Os deputados ao Parlamento Europeu que forem eleitos entre 4 e 7 de Junho vão decidir o que é necessário fazer na Europa em temas que afectam a conciliação entre a sua vida pessoal e profissional. Que mais gostaria que fosse feito? Faça valer a sua opção e vote!

## Deverá a UE prolongar a licença de maternidade?

A duração da licença de maternidade varia entre 14 e 52 semanas nos 27 Estados-Membros da UE. A comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros do Parlamento Europeu propôs o alargamento da licença para um período mínimo de 20 semanas, mas nem todos os seus membros estão de acordo quanto às vantagens dessa proposta. As eurodeputadas Edite Estrela e Edit Bauer apresentaram-nos duas perspectivas diferentes da questão.

**{}Prolongamento da licença de maternidade para um período mínimo de 20 semanas**  
Edite Estrela, eurodeputada portuguesa (Grupo Socialista): "Uma licença de maternidade de pelo menos 20 semanas corresponde ao período de tempo adequado para ajudar as trabalhadoras a recuperar do parto, fomentar o vínculo mãe-filho e ainda encorajar o aleitamento materno nos primeiros meses de vida, cujos benefícios para a saúde da criança e da mulher são actualmente uma evidência. Além disso, no actual contexto demográfico da UE, caracterizado por baixas taxas de natalidade e uma proporção crescente de idosos, o prolongamento da licença de maternidade, a par de outras medidas que favoreçam a conciliação da vida profissional com a vida familiar e privada, deverá também ser visto como um incentivo à natalidade".

Edit Bauer, eurodeputada eslovaca (Grupo do Partido Popular Europeu e dos Democratas Europeus): "Existem países, como a Alemanha, onde a licença de maternidade é paga pela entidade patronal. Estes países estão, face aos problemas económicos actuais, resolutamente contra o prolongamento da licença de maternidade. Nos casos em que a licença é paga pela entidade patronal, a proposta pode ser contraproducente no que se refere ao emprego de jovens mulheres".

### **Introdução da licença de paternidade**

Edite Estrela: "O direito à licença de paternidade é fundamental para promover a participação equilibrada de homens e mulheres na actividade profissional e a partilha de responsabilidades familiares. A legislação comunitária deve, por isso, prever uma licença de paternidade individual, não transferível e remunerada, de forma a facilitar uma repartição mais equitativa das responsabilidades privadas e familiares entre homens e mulheres. Além disso, a licença de paternidade deverá também proporcionar um maior apoio à mulher na sua recuperação do parto e fomentar o envolvimento do pai na vida da criança, desde os primeiros dias de vida, que se afigura muito importante para o saudável desenvolvimento físico, emocional e psicológico da criança".

Edit Bauer: "Esta directiva diz respeito à protecção da saúde e da segurança das mulheres grávidas e aleitantes. Penso que a licença de paternidade não se insere no âmbito desta directiva. Claro que é necessário melhorar o equilíbrio entre a vida profissional e familiar, assim como encontrar uma divisão mais justa das responsabilidades laborais e familiares, mas não no âmbito desta directiva".

## **Licença de maternidade: relatório reenviado para Comissão dos Direitos da Mulher**

O relatório da eurodeputada portuguesa Edite Estrela, que defende que a duração mínima da licença de maternidade na UE seja aumentada das actuais 14 para as 20 semanas e uma licença de paternidade vinculativa de, pelo menos, duas semanas, foi hoje reenviado para a comissão parlamentar dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros.

O pedido de reenvio, feito em nome do Grupo do Partido Popular Europeu e dos Democratas Europeus (PPE/DE), foi aprovado em plenário.

Antes de o plenário proceder à votação das alterações apresentadas à proposta da Comissão Europeia, a eurodeputada Astrid Lulling, falando em nome do PPE/DE, disse: "Há 89 alterações. Será completamente caótico e o voto que vamos fazer não nos vai permitir uma discussão objectiva com o Conselho e a Comissão. Há 89 alterações totalmente contraditórias [da comissão parlamentar e apresentadas por vários grupos políticos]. Proponho que o relatório seja reenviado para a comissão parlamentar".

### **Intervenção de Edite ESTRELA após o pedido**

"Não faz sentido remeter para a Comissão de novo este relatório, esta proposta, porque foi debatida com todos os grupos. Tem um apoio que eu presumo que seja maioritário nesta Câmara. Foi debatida com a Comissão, foi debatida com o Conselho. Naturalmente, há posições diferentes. Nós sabemos que, lamentavelmente, o Conselho, sob a Presidência checa, tem tido atitudes muito conservadoras no que diz respeito à promoção da igualdade de género. E por isso peço à Câmara que vote as propostas, que apoie o meu relatório, porque dará razões acrescidas aos cidadãos para irem votar nas eleições europeias".

O dossier transita para os eurodeputados que forem eleitos a 7 de Junho.